

HABEAS CORPUS Nº 540.380 - RJ (2019/0312488-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ROSÂNGELA MARTINS ALCANTARA ZAGAGLIA - RJ032100
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : L P DE B S (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial com pedido liminar, impetrado em favor de L. P. DE B. S., contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do Agravo de Instrumento n. 0044945-09.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que o paciente foi representado pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no **art. 157, § 2º, inciso II e § 2º-A, I, c/c o art. 329, § 1º, n/f do art. 69, todos do Código Penal**, a qual foi julgada procedente, sendo-lhe aplicada a medida socioeducativa de internação, com reavaliação a cada 6 meses (e-STJ, fls. 33/40).

A defesa narra que, no curso da execução, o juízo substituiu a MSE de internação, pela de liberdade assistida (e-STJ, fls. 52/55).

Irresignado, o *Parquet* estadual interpôs agravo de instrumento, o qual foi parcialmente provido para aplicar a medida socioeducativa de semiliberdade, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 16/18):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE PROGREDIU A MEDIDA IMPOSTA AO ADOLESCENTE DE INTERNAÇÃO PARA LIBERDADE ASSISTIDA. RECURSO MINISTERIAL POSTULANDO INICIALMENTE O RECEBIMENTO DO RECURSO NO EFEITO SUSPENSIVO E A MANUTENÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. Inicialmente, destaca-se que nos processos da Infância e da Juventude, o recurso deve ser recebido somente no efeito devolutivo, sendo-lhe conferido efeito suspensivo excepcionalmente, em caso de possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação (art.198, VI, do ECA), o que não ocorre

no caso em tela. A existência de relatório técnico favorável à progressão, não vincula o provimento jurisdicional, devendo o magistrado analisar todas as circunstâncias pessoais que envolveram o adolescente infrator e o fato perpetrado. Ademais, a progressão "per saltum" fere a individualização da medida aplicada, e não atende ao objetivo de ressocialização e proteção do adolescente. Segundo consta dos autos, foi aplicada ao agravado a medida socioeducativa de internação pela prática do ato infracional análogo ao crime de roubo qualificado em 29/05/2018 e na audiência de reavaliação, realizada em 05/07/2019, o juiz de piso decidiu progredir a medida de internação para a liberdade assistida. Confere-se, que o jovem conseguiu obter significativos avanços em sua trajetória socioeducativa, mas não há elementos que apontem avanços reais extraordinários que indiquem uma progressão tão exacerbada. Ademais, observa-se ter sido aplicada anteriormente, outras medidas socioeducativas de internação pela prática da mesma infração. Não havendo dúvidas, portanto, que há necessidade de acompanhamento e reintegração ao meio social de forma gradativa, a fim de prepará-lo para buscar formas dignas de vida e um convívio saudável em sociedade. Ressalta-se, que para o exame da progressão da medida socioeducativa, deve ser observado não apenas a conduta do adolescente dentro da instituição, mas sua personalidade, antecedentes e a gravidade do ato infracional praticado, tendo em mira o aspecto retributivo da medida aplicada contrário a decisão que gerará o sentimento de impunidade nefasto e prejudicial ao adolescente. Nesse caminhar, a medida de semiliberdade mostra-se a mais adequada ao caso vertente. Provimento parcial ao recurso ministerial para aplicar a jovem a medida socioeducativa de semiliberdade. Expeça-se mandato de busca e apreensão em desfavor do menor.

No presente writ (e-STJ fls. 3/15), a impetrante afirma que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal no que se refere à reforma da decisão para aplicação da medida de semiliberdade [pois] o v. acórdão incorreu em ilegalidade, eis que fundamentou a substituição, exclusivamente na impossibilidade de progressão per saltum que supostamente suprime uma das etapas de socialização do adolescente, pautado em constatações desprovidas de fundamento legal, violando frontalmente os princípios da

presunção da inocência, da brevidade e da excepcionalidade, mandamentos que regem a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (e-STJ, fls. 4/5).

Argumenta, também, que não há, no ordenamento jurídico, imposição de um sistema progressivo de cumprimento de medidas socioeducativas, sendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei n. 12.594/12 estabelecem, respectivamente, em seu art. 121, § 1º e § 7º e art. 42 que as medidas devem ser reavaliadas, no máximo a cada seis meses. Alega que a exigência de cumprimento gradual equipara o sistema socioeducativo ao cumprimento de uma pena e, *para evitar a descaracterização da natureza jurídica das medidas socioeducativas, é necessário observar o princípio da brevidade e a decisão de reavaliação deve se fundamentar nos relatórios técnicos, que refletem a situação atual do adolescente, ou especificidades do caso concreto (e-STJ fl. 9).*

Assevera, ainda, que não há nos autos informações que justifiquem a aplicação da medida socioeducativa de semiliberdade, havendo o relatório técnico recomendado a substituição da medida de internação pela de liberdade assistida. Assim, a aplicação da medida de semiliberdade na hipótese, também viola o princípio da proporcionalidade.

Ao final, relata sobre a superlotação das unidades em que são cumpridas as medidas de semiliberdade, circunstância que impede o desenvolvimento do paciente e sua devida ressocialização.

Diante disso, requer, liminarmente, que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do presente *habeas corpus* e, no mérito, a aplicação da medida socioeducativa de liberdade assistida.

O pedido liminar foi indeferido, às e-STJ, fls. 74/77 e, por estarem os autos suficientemente instruídos, foi dispensado o envio de informações.

O Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ fls. 81/84, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Conforme relatado acima, a impetrante busca o restabelecimento da medida socioeducativa de liberdade assistida aplicada ao paciente, pelo Juízo da execução.

Ao dar provimento ao agravo ministerial para estabelecer a medida socioeducativa de semiliberdade ao paciente, a Corte estadual apresentou fundamentação idônea, de acordo com as circunstâncias do caso concreto, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 17/18, destaquei):

[...]

Segundo consta dos autos, foi aplicada ao agravado a medida socioeducativa de internação pela prática do ato infracional análogo ao crime de roubo qualificado em 29/05/2018, e na audiência de reavaliação, realizada em 23/01/2019, o juiz de piso decidiu progredir a medida de internação para a liberdade assistida. Mesmo já tendo sido aplicada anteriormente, outra medida socioeducativa de internação pela prática da mesma infração.

A medida de internação foi progredida abruptamente para a de liberdade assistida, sem parâmetros suficientes para tanto. A reinserção social deve dar-se com cautela, de maneira gradativa, de forma mais criteriosa e dentro dos ditames legais, com vistas a apurar, de maneira segura, o caminhar do processo socioeducativo.

A existência de relatório técnico favorável à progressão, não vincula o provimento jurisdicional, devendo o magistrado analisar todas as circunstâncias pessoais que envolvam o adolescente infrator e o fato perpetrado.

Ademais, a progressão "per saltum" fere a individualização da

medida aplicada, e não atende ao objetivo de ressocialização e proteção do adolescente, sendo necessária uma nova análise do caso, com pareceres técnicos adequados, que demonstrem a presença de circunstâncias subjetivas para tanto, sem olvidar as circunstâncias objetivas para tamanho abrandamento da medida, o que, no caso em tela, não estão presentes.

Confere-se, que o jovem conseguiu obter significativos avanços em sua trajetória socioeducativa, mas não há elementos que apontem avanços reais extraordinários que indiquem uma progressão tão exacerbada.

Não há dúvidas, portanto, que há necessidade de acompanhamento e reintegração ao meio social de forma gradativa, a fim de prepará-lo para buscar formas dignas de vida e um convívio saudável em sociedade.

[...]

Ressalta-se, que para o exame da progressão da medida socioeducativa, deve ser observado não apenas a conduta do adolescente dentro da instituição, mas sua personalidade, antecedentes e a gravidade do ato infracional praticado, tendo em mira o aspecto retributivo da medida aplicada, que contrário a decisão gerará o sentimento de impunidade nefasto e prejudicial ao adolescente.

Nesse caminhar, a medida de semiliberdade mostra-se a mais adequada ao caso vertente.

Consoante visto acima, verifico que o Tribunal estadual considerou prematura a progressão *per saltum* do paciente, da MSE de internação para a de liberdade assistida, haja vista a gravidade da conduta perpetrada e as condições pessoais do adolescente, que já é reincidente na prática de ato infracional idêntico, além de *já se encontrar em sua terceira passagem pelo sistema socioeducativo e segunda internação por roubo* (e-STJ, fls. 56 e 59), a denotar que as medidas anteriormente aplicadas não tiveram êxito em afastá-lo da criminalidade, o que justifica a necessidade de cuidadoso acompanhamento estatal, visando à sua ressocialização e reeducação, para que possa ter condições de reinserção ao convívio social e ser capaz de ter uma vida plena e produtiva, antes de ser colocado em meio aberto.

Nesse sentido:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO. AVALIAÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR PELA EXTINÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. MANUTENÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

– A existência de relatório técnico, formulado pela equipe de avaliação psicossocial, não vincula o magistrado que pode, em face do princípio do livre convencimento fundamentado, justificar seu entendimento e decidir de forma diversa daquela sugerida pelo laudo. Precedentes.

– No caso, o Tribunal a quo manteve a medida de internação, ressaltando a gravidade concreta do ato, em razão da prática de ato infracional equiparado ao delito de roubo majorado, bem como os registros infracionais anteriores apresentados pelo menor, a situação de pouco respaldo familiar e a necessidade de assegurar a continuidade do processo ressocializador que vem sendo desenvolvido.

– Recurso em habeas corpus a que se nega provimento. (RHC n. 86.556/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 12/9/2017, DJe 20/9/2017, grifei)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PROGRESSÃO DE MEDIDA INDEFERIDA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA.

1. A existência de relatório técnico recomendando a substituição da medida socioeducativa não vincula o magistrado, que pode, em face do princípio do livre convencimento fundamentado, justificar a permanência da internação do menor com base em outros dados e provas constantes dos autos.

2. O Tribunal a quo, ao ratificar a decisão de primeiro grau, considerou a desinternação prematura e temerária, tendo em vista que a recorrente praticou ato infracional grave, possui outras incidências por atos infracionais análogos à lesão corporal e ao roubo, e iniciou recentemente tratamento de

desdregadição, vislumbrando-se a necessidade de cuidadoso acompanhamento para a ressocialização da adolescente.

3. Com base nas peculiaridades do caso concreto, as instâncias ordinárias apresentaram motivação idônea para indeferir a progressão, devendo ser mantida a internação.

4. Recurso a que se nega provimento. (RHC n. 35.578/PA, Rel. Ministro OG FERNANDES, Sexta Turma, julgado em 4/6/2013, DJe 17/6/2013, grifei)

Ademais, oportuno ressaltar que, nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior e à luz do princípio do livre convencimento motivado, o magistrado não está adstrito à conclusão exposta no parecer psicossocial emitido pela equipe técnica, ainda que favorável ao menor.

Desse modo, inexistente vinculação do magistrado ao parecer técnico, quando verificada a existência de fundamentação suficiente e idônea para embasar a manutenção da medida socioeducativa aplicada, como *in casu*.

Ilustrativamente:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. SEMILIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SITUAÇÃO DE RISCO DO PACIENTE. REITERAÇÃO. VERIFICADA. RELATÓRIO POLIDIMENSIONAL. ELEMENTO QUE NÃO VINCULA O JUÍZO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ILEGALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Esta Sexta Turma passou a majoritariamente compreender, ressalvada pessoal compreensão diversa, que para a configuração da reiteração de infrações graves, prevista no inciso II do art. 122 do ECA, suficiente é a prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, salvo falta de contemporaneidade ou menor relevância da infração antecedente.

2. Apresentada fundamentação concreta para a imposição da medida de semiliberdade, uma vez que tanto a sentença, quanto o acórdão do apelo, noticiam a situação de vulnerabilidade, fora do ambiente escolar, usuário compulsivo

de diferentes tipos de drogas, reincidente na prática de ato infracional, atualmente, morador de rua, vive por sua própria conta e risco, não conta com cuidados por parte de seus responsáveis, embora seus parentes desejem ajudá-lo, não há que se falar em ilegalidade a justificar a concessão da ordem de habeas corpus.

3. "À luz do princípio do livre convencimento motivado, o juiz não está vinculado ao parecer psicossocial formulado pela equipe técnica, ainda que favorável à progressão da medida socioeducativa. Assim, quando verificada a existência de fundamentação suficiente na decisão que manteve a medida socioeducativa aplicada, não é necessária a vinculação do magistrado ao relatório técnico." (RHC 53.416/PA, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 03/02/2015).

4. Habeas corpus denegado. (HC n. 404.306/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 26/9/2017, DJe 4/10/2017)

Assim, a pretensão formulada pela impetrante encontra óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, sendo manifestamente improcedente.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator